

Primeiras Reflexões sobre o Caso do Trabalho Escravo nas Vinícolas de Bento Gonçalves – o que os Comunicados nos contam sobre as Relações com Fornecedores e a Governança¹

Ricardo Benevides²

Resumo

O artigo pretende fazer uma investigação preliminar sobre os primeiros comunicados divulgados pelas vinícolas Aurora e Garibaldi, posicionando-as sobre a denúncia de que uma empresa contratada por elas (e também pela vinícola Salton) se utilizou de mão-de-obra análoga à escravidão em suas lavouras. Problematisa também as práticas na condução do relacionamento com fornecedores, à luz dos conceitos de governança e *compliance*.

Palavras-chave

Crise; Governança; *Compliance*; Trabalho Escravo; Terceirização.

A denúncia de que 207 trabalhadores eram mantidos em regime análogo ao da escravidão – tendo sido contratados pela empresa Fênix Serviços Administrativos e Apoio a Gestão de Saúde LTDA para atuar nas vinícolas Aurora, Garibaldi e Salton, da cidade de Bento Gonçalves – começou a repercutir na imprensa e na opinião pública a partir do dia 22 de fevereiro de 2023, quando equipes da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal prenderam o empresário responsável pelo recrutamento daquelas pessoas e por uma série de maus tratos. Três homens que conseguiram escapar do cárcere foram a fonte da denúncia, que envolve a acusação de “atrasos nos pagamentos dos salários, violência física, assédio moral, longas jornadas de trabalho e alimentos estragados” oferecidos em suas refeições (NAGEL, 24/02/2023), além da manutenção dos trabalhadores em confinamento contra a sua vontade.

Os relatos de violência se tornaram mais específicos, após o resgate e o acolhimento pelo poder público de Bento Gonçalves. Uma reportagem do jornal Folha de S.Paulo deu conta de terem sido vítimas de “surras com cabo de vassoura, mordidas, choques elétricos e ataques com spray de pimenta” (FONSECA, 01/03/2023), além de outras formas de intimidação. O caso ganhou as redes rapidamente e, com a repercussão negativa, as primeiras consequências se fizeram sentir nos negócios das três vinícolas envolvidas. Elas tiveram suspensão,

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho (GT) Comunicação, Ética e Alteridades em Processos Relacionais de Subjetivação e Conflitos no Ambiente Organizacional, atividade integrante do XVII Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas.

² Doutor em Literatura Comparada, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, dribene@uol.com.br.

preventivamente, a sua participação em todas as iniciativas da ApexBrasil, serviço vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio, tais como feiras internacionais, missões comerciais e eventos promocionais. A Agência também cobrou explicações da Uvibra (União Brasileira da Vitivinicultura) – que congrega 23 vinícolas, incluindo as três envolvidas na denúncia – quanto às ações tomadas para “mitigar os riscos de conformidade e integridade nas suas cadeias de fornecedores e prestadores de serviços” (SALATI, 28/02/2023).

Nas relações com clientes (pessoa jurídica), as reações também foram fortes e imediatas até aqui. A Rede de Supermercados Zona Sul, no Rio de Janeiro, resolveu devolver todo o estoque de sucos de uva da Aurora, única das envolvidas com a qual mantinha eventual trato comercial (CUNHA, 02/03/2023). No segmento, a ABRAS (Associação Brasileira de Supermercados) divulgou nota cobrando publicamente as vinícolas no sentido de implementarem um cronograma de ações para reparar os danos causados aos trabalhadores e retomar o regime de conformidade na condução das atividades que os envolvem (CUNHA, 02/03/2023).

A repercussão negativa motivou campanhas de boicote nas redes, às quais aderiram personalidades, influenciadores digitais e mesmo organizações como a CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil –, que “emitiu uma nota a afirmar que vinhos produzidos por fabricantes que violem ‘o respeito à dignidade humana’ não devem ser escolhidos para uso nas igrejas do País” (LUCENA, 03/03/2023).

A crise atingiu outro patamar com os desdobramentos do acontecimento e os posicionamentos públicos de pessoas e entidades da região. Primeiro, o vereador da cidade de Caxias do Sul, Sandro Fantinel, foi à tribuna da Câmara municipal sugerir que os produtores locais “não contratem mais aquela gente lá de cima”, referindo-se ao fato de a maior parte dos escravizados ter origem no Estado da Bahia. O comentário se tornou xenofóbico ao afirmar que “a única cultura que os baianos têm é viver na praia tocando tambor” e que seria preferível as vinícolas passarem a contratar argentinos, por serem “limpos, trabalhadores e corretos” (CAMILLO, 28/02/2023).

Em seguida, o Centro da Indústria, Comércio e Serviços de Bento Gonçalves (CIC-BG) soltou uma nota na qual defende as vinícolas, entendendo que elas desconheciam as condições degradantes dos trabalhadores que atuavam em seus campos. Para muito além disto, a entidade afirma que a dificuldade de conseguir mão-de-obra para a lavoura – numa pretendida explicação para a negligência das três empresas – se deve à existência de “uma larga parcela da população

com plenas condições produtivas e que, mesmo assim, encontra-se inativa, sobrevivendo através de um sistema assistencialista que nada tem de salutar para a sociedade” (VELEDA, 28/02/2023).

Tanto a fala xenofóbica do vereador quanto a nota do CIC-BG, vinculando a realidade do trabalho escravo a uma falsa relação entre a falta de mão-de-obra e a existência de programas sociais, são polêmicas que potencializaram a crise já bastante complexa na qual a Aurora, a Cooperativa Garibaldi e a Salton se envolveram. Não sendo algo atribuível às três organizações em questão, são fatos que mantiveram o episódio no foco das atenções da opinião pública brasileira, mobilizando os afetos e multiplicando a repercussão negativa.

Nesse contexto intrincado, de amplo impacto para um setor da nossa economia com faturamento próximo a 20 bilhões de reais em 2021 (MIWA, 05/12/2021), é preciso reconhecer a relevância do caso numa perspectiva de Relações Públicas, mesmo que diante da impossibilidade de uma visão completa, por se tratar de algo ainda em curso, com muitos desdobramentos possíveis da crise. A investigação das autoridades está em fase inicial e as consequências são difíceis de prever, mas podem ir além do segmento da vitivinicultura, já que muitos ciclos de produção agrícola no Brasil são sazonais e a terceirização, que propiciou as condições ilegais no ambiente de trabalho, também é a realidade de outros setores do agronegócio. É claro, não cabe generalizar, mas a gravidade dos fatos recentes indica a necessidade de atenção e revisão de uma série de processos, com potenciais implicações no desempenho e na imagem das organizações daquele setor.

Sobre o escândalo do trabalho análogo à escravidão, muitas frentes se abrem à reflexão a respeito dos atos e das posturas das vinícolas no âmbito da comunicação organizacional. Os saberes ligados à prevenção de riscos e à gestão de crises constituem um campo rico à compreensão do caso, demandando especialmente um acompanhamento da agenda de ações e respostas aos desdobramentos da investigação, seja nas relações com a imprensa, com a sociedade ou com o público interno. Outro caminho fértil à análise do episódio poderia apontar na direção das políticas de relacionamento com públicos como o dos fornecedores, por se tratar de questão estratégica para o próprio planejamento da comunicação integrada no longo prazo – nesse aspecto, caberá um comentário mais à frente.

Porém, em qual direção seguir, o fato de ser ocorrência muito recente cria dificuldades metodológicas, deixando como alternativa a observação pontual e preliminar sobre o aspecto que parecer mais adequado a essa limitação.

Nesse sentido, para as primeiras reflexões sobre o caso das vinícolas, parece ser relevante observar os comunicados de duas das três mencionadas (Aurora e Garibaldi), que procuraram posicioná-las institucionalmente em relação às acusações dos trabalhadores. Valendo-se do método da pesquisa documental em meio digital, cabe levantar algumas questões envolvendo o comprometimento de sua afirmação de princípios – também declarados em seus portais na internet – e utilizar recursos da análise do discurso. A hipótese que surge é de que os comunicados sobre a denúncia estão desconectados de uma visão estratégica e, para além disto, em contradição às posições fixadas em sua comunicação institucional, considerando os fatos admitidos como comprometedores pelas empresas. O objetivo, portanto, é investigar preliminarmente e pontualmente os comunicados produzidos pela Aurora e pela Garibaldi, à luz dos valores declarados como fundamento de sua governança e dos fatos conhecidos até aqui.

Os Comunicados – *Position Papers*

O recorte escolhido para essas primeiras reflexões sobre o caso do trabalho escravo nas vinícolas considera as condições da crise estabelecida, a urgência, a precisão e a responsabilidade que isto demanda, em especial quanto ao primeiro posicionamento das organizações nos comunicados após a revelação dos fatos. Não é que “não se possa errar” nessas situações, mas o primeiro posicionamento público pode apontar tendências quanto à boa vontade da opinião pública e mesmo interferir na cobertura dos meios de imprensa. Ao conceituar a ferramenta, no escopo da “Nota Oficial”, Jorge Duarte afirma que é:

documento distribuído à imprensa, muitas vezes também veiculado de forma paga, como declaração, posicionamento oficial ou esclarecimento sobre assunto relevante, urgente e de grande interesse público. Sua elaboração e divulgação reduz a chance de boatos, dúvidas e pressões por informações. A nota pode ser utilizada como estratégia para evitar a exposição de um representante da organização e limitar a repercussão. Não tem formato jornalístico, mas a necessidade de que seja objetiva, clara e compreensível para uma diversidade de públicos pode exigir o envolvimento do assessor para sua elaboração (DUARTE, 2002, p.248).

Percebe-se, portanto, que o alcance e as pretensões das notas oficiais vão muito além das relações com a imprensa, podendo – como no contexto do escândalo das vinícolas – se dirigir a todos os setores da sociedade a partir da publicação em destaque no portal da corporação na internet. Duarte acrescenta:

A nota oficial pode ser chamada de Comunicado, termo também adotado como sinônimo de *release*. O mais usual, entretanto, é o Comunicado referir-se a assunto ainda não repercutido pela imprensa. *Position Paper*: texto oficial de natureza política, que informa e detalha sobre a posição da organização a respeito de um tema relevante, geralmente polêmico ou complexo. Possui a vantagem de uniformizar o discurso, reduzindo interpretações equivocadas. Pode ser dirigido a vários públicos e também servir de orientação aos empregados e aos próprios dirigentes. Embora o conteúdo seja definido pela alta direção, a redação muitas vezes envolve o AI, o que ajuda a torná-lo mais inteligível. *Position paper* também pode significar o texto de circulação restrita e interna no formato pergunta-resposta, visando dar unidade no discurso, particularmente em questões polêmicas e momentos de crise (DUARTE, 2002, pp.248-9).

Então, partindo desse conceito, devemos entender os comunicados das vinícolas como *position papers*, produzidos como primeiras manifestações de caráter institucional e político ante o contexto da denúncia de alto potencial como polêmica e consequências até então não completamente compreensíveis.

Aurora

A Vinícola Aurora publicou sua nota no dia seguinte ao da divulgação da denúncia:

Em respeito aos seus associados, colaboradores, clientes, imprensa e parceiros, a Vinícola Aurora vem à público para reforçar que não compactua com qualquer espécie de atividade considerada, legalmente, como análoga à escravidão e se solidariza com os trabalhadores contratados pela terceirizada Oliveira & Santana.

As vítimas são funcionários da Oliveira & Santana, empresa que prestava serviços às vinícolas, produtores rurais e frigoríficos da região. A descoberta da situação é totalmente contrária aos valores e princípios da Aurora e enfatizamos que jamais aconteceram dentro da vinícola (AURORA, 23/02/2023).

A formação discursiva do primeiro enunciado proposto parte do termo-pivô “respeito” para marcar a posição de contrariedade quanto ao teor da denúncia, enfatizada na afirmação de que a empresa “não compactua” com a situação ilegal, valendo-se da utilização nada sutil da transferência de responsabilidade à empresa terceirizada – que é mencionada como “Oliveira & Santana”.

Porém, matéria do G1 revelou que este era o nome da organização do empresário Pedro Augusto de Oliveira de Santana quando o Ministério Público do Trabalho abriu investigação por acusação semelhante (trabalho análogo à escravidão), anos atrás, em atuação no Oeste de Santa Catarina. Os contratos das três vinícolas de Bento Gonçalves, na verdade, são com a

empresa denominada Fênix Serviços Administrativos e Apoio a Gestão de Saúde LTDA, na qual Pedro Augusto não aparece como proprietário ou funcionário, embora o MPT o aponte como gestor e a sede seja em Bento Gonçalves, no mesmo endereço da Oliveira & Santana (BATISTELLA, CALDAS, DUARTE, 02/03/2023).³

O reconhecimento deste episódio passado envolvendo o mesmo empresário da prestadora de serviços em escândalo de trabalho escravo precisa ser considerado na análise do enunciado seguinte, podendo mesmo lançar dúvidas sobre o significado pretendido para o termo “descoberta”, fundamental para sustentar o discurso de que a vinícola não sabia da situação degradante e ilegal. Como sugere Helena Nagamine Brandão, o conjunto de elementos que cerca a produção de um discurso é determinado pelas condições de produção que, por sua vez, “num sentido mais amplo, compreende o contexto sócio-histórico-ideológico que envolve os interlocutores, o lugar de onde falam, a imagem que fazem de si, do outro e do objeto de que estão tratando” (BRANDÃO in: FÍGARO, 2013, p.23).

Assim, a análise permite questionar se a afirmação do comprometimento com os valores e princípios destacado na nota não se choca objetivamente com os fatos em perspectiva histórica, ou mesmo com a “imagem de si” projetada não apenas no *position paper* mas em outros textos disponíveis no portal da empresa. Veja-se, por exemplo, que o Código de Ética (AURORA, 03/03/2023, p.8) da companhia indica: “Somos extremamente intolerantes a qualquer forma de trabalho degradante em nossa cadeia de suprimentos, bem como o descumprimento às legislações vigentes e/ou ações que causem danos ao meio ambiente”, em referência às relações com fornecedores, prestadores de serviços e parceiros comerciais.

A nota segue:

A Aurora já se colocou à disposição das autoridades para quaisquer esclarecimentos e está prestando apoio às vítimas. A companhia também está trabalhando em conjunto com o Ministério Público Federal e com o Ministério do Trabalho para equalizar a situação em busca de reparo aos trabalhadores da Oliveira & Santana.

A vinícola está tomando as medidas cabíveis e reitera seu compromisso com todos os direitos humanos e trabalhistas, assim como sempre fez em seus 92 anos. Ratifica ainda que permanece cumprindo com suas obrigações legais e com a sua responsabilidade também perante ao valor rescisório a cada trabalhador contratado pela Oliveira & Santana (AURORA, 23/02/2023).

Resta claro que o tratamento dado pela vinícola à investigação e às vítimas, como o objeto da sua construção discursiva aqui nestes enunciados, se não aponta para a admissão

³ Registre-se que, na nota seguinte, publicada como “Carta aberta da Vinícola Aurora à sociedade brasileira” corrige o erro e se refere à empresa terceirizada pelo nome de Fênix.

implícita de uma culpa, demonstra a preocupação com o *outro* (dimensão importante para compreender a condição de produção deste discurso, como sugere Brandão). O outro, no caso, é o interlocutor para quem se dirige a narrativa, que poderia ser toda a sociedade brasileira ou os setores cuja ação-resposta ao caso pode se fazer sentir mais decisivamente na vida daquela empresa. Na perspectiva de Relações Públicas, um escândalo dessas proporções já inspiraria muitas preocupações no que diz respeito ao ativo da reputação, com os danos à imagem e mesmo com o comprometimento da credibilidade organizacional. A menção ao tempo de existência da empresa (92 anos) procura qualifica-la como sujeito do enunciado, aludindo aos sentidos da tradição e da solidez. E mesmo a construção enunciativa que remete às decisões tomadas aponta para o desejo de um papel de *agente* na busca pela solução, algo que poderia ter evitado o próprio escândalo, caso a governança estivesse atenta. O comunicado continua:

A Aurora conta com 540 funcionários, todos devidamente registrados e obedecendo a legislação trabalhista. Porém, na safra da uva, dentro de um período de cerca de 60 dias, entre janeiro e março, a empresa depende de um grande número de trabalhadores, se fazendo necessária a contratação temporária para o setor de carga e descarga da fruta, devido à escassez de mão de obra na região.

Quanto à empresa terceirizada, cabe esclarecer que a Aurora pagava à Oliveira & Santana um valor acima de R\$ 6,5 mil/mês por trabalhador, acrescidos de eventuais horas extras prestadas. A terceirizada era a responsável pelo pagamento e pelos devidos descontos tributários instituídos em lei. A Aurora também exigia os contratos de trabalhos da equipe que era alocada na empresa (AURORA, 23/02/2023).

O trecho em questão procura estabelecer as bases em que seria possível comparar a postura da organização em relação aos seus contratados, para distingui-la da empresa terceirizada, chegando mesmo à indução de uma informação falsa. Ao precificar o valor pago à prestadora de serviços como se fosse um repasse em termos individuais, a nota quer fazer crer que o montante representaria pagamento digno a cada trabalhador, omitindo a natureza da contratação – ao optar pela terceirização, a Aurora opta também por não ter o controle do repasse direto da remuneração a cada trabalhador, salvo se (e apenas se) alguma cláusula no contrato explicitasse essa obrigação. Se fosse tão importante garantir que cada trabalhador recebesse o equivalente a seis mil e quinhentos reais, por que não realizar uma contratação direta e sem intermediários?

O conjunto desses enunciados pode ser compreendido à luz do que Helena Nagamine Brandão entende por formação ideológica:

Por formação ideológica entende-se o conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais nem universais, mas dizem respeito, direta ou indiretamente, às posições de classe social, política, econômica de onde se fala ou escreve e têm a ver com as relações de poder que se estabelecem entre os indivíduos e que são expressas quando interagem entre si. Cada formação ideológica pode compreender várias formações discursivas em interação (BRANDÃO in: FÍGARO, 2013, p.23).

É rentável para uma reflexão ampliada daquele trecho a percepção de que a sua dimensão fundadora se situa numa formação ideológica de origem capitalista, visando a maximização do desempenho econômico para a qual o fenômeno da terceirização representou a possibilidade de maior “eficiência” no gasto. Ao explicar as condições sazonais da safra da uva, o comunicado diz ser “necessária a contratação temporária para o setor de carga e descarga da fruta, devido à escassez de mão de obra na região” (AURORA, 23/02/2023), omitindo que a própria Aurora poderia fazer a contratação temporária ou que a oferta da mão-de-obra pode estar relacionada ao valor da remuneração. A referida “necessidade” pretende-se impositiva numa visão ideológica que atende os interesses de quem fala, excluindo as alternativas, mas não resiste ao exercício crítico de quem lê o contexto geral.

Numa pesquisa rápida às notícias envolvendo a Vinícola Aurora na rede, descobre-se que ela manteve crescimento regular em seu faturamento nos últimos anos, chegando a número acima de 700 milhões de reais, em 2021 (MASSON, 12/02/2023), e 746 milhões, em 2022 (COMEX, 09/02/2023). Todo e qualquer questão envolvendo as decisões com impacto no faturamento – terceirizar ou não, por exemplo – pode passar também por essa ideia, a de que a negligência no acompanhamento das condições de exercício dos trabalhadores foi conveniente para o crescimento dos ganhos. Não é uma associação obrigatória, apenas uma leitura possível – feita por internautas ao compartilharem memes sobre o assunto, por exemplo.

A nota se encerra:

Todo e qualquer prestador de serviço da Aurora, da mesma forma que os funcionários, recebe alimentação de qualidade durante o turno de trabalho, como café da manhã, almoço e janta, sem distinções.

A vinícola também oferecia condições dignas de trabalho no horário de expediente e os gestores responsáveis desconheciam a moradia desumana em que os safristas eram acomodados pela Oliveira & Santana após o período de trabalho.

Por fim, ratificando seu compromisso social, a Aurora se compromete em reforçar sua política de contratações e revisar os procedimentos quanto à terceiros para que casos isolados como este nunca mais voltem a acontecer.

A escolha dos autores – que assinam o post no Blog Aurora como equipe de Marketing da vinícola – aqui se propõe a uma contestação de um dos termos da denúncia, qual seja o da alimentação inapropriada, limitando os aspectos abusivos a tudo o que ocorria fora das dependências da vinícola. Trata-se de uma estratégia discursiva arriscada, caso não tenha fundamento, com as investigações do poder público em curso. O fato é que a menção ao oferecimento das refeições e ao horário do expediente dão conta de que os profissionais da vinícola tinham contato constante com os trabalhadores em seu próprio estabelecimento. Numa consideração prática sobre como o caso pode ser visto por setores da opinião pública em relação a isto, essa hipótese de ignorância total das condições degradantes perde força com a afirmação da nota.

Garibaldi

A primeira nota oficial produzida sobre o caso pela Cooperativa Vinícola Garibaldi – como *position paper* – foi publicada pelo jornal Estadão, um dia após a operação decorrente da denúncia (NAGEL, 23/02/2023):

Diante das recentes denúncias que foram reveladas com relação às práticas da empresa Oliveira & Santana no tratamento destinado aos trabalhadores a ela vinculados, a Cooperativa Vinícola Garibaldi esclarece que desconhecia a situação relatada. Informa, ainda, que mantinha contrato com empresa diversa desta citada pela mídia.

Com relação à empresa denunciada, o contrato era de prestação de serviço de descarregamento dos caminhões e seguia todas as exigências contidas na legislação vigente. O mesmo foi encerrado. A Cooperativa aguarda a apuração dos fatos, com os devidos esclarecimentos, para que sejam tomadas as providências cabíveis, deles decorrentes.

Somente após a elucidação desse detalhamento poderá manifestar-se a respeito. Desde já, no entanto, reitera seu compromisso com o respeito aos direitos – tanto humanos quanto trabalhistas – e repudia qualquer conduta que possa ferir esses preceitos (NAGEL, 23/03/2023).

O primeiro enunciado da nota marca a posição desejada pela empresa em torno do desconhecimento (o verbo ali merece destaque) quanto às condições desumanas do trabalho, que, a propósito, não são mencionadas – a opção por tornar vaga a descrição do caso, com expressões como “recentes denúncias” e “práticas da empresa” não contribui muito em situações com forte apelo junto à opinião pública, porque os detalhes são conhecidos e têm força simbólica.

Porém, é no segundo enunciado que os autores da nota parecem tentar confundir, deliberadamente, os leitores ao afirmar que a vinícola “mantinha contrato com empresa diversa desta citada pela mídia”. Como já vimos na análise da nota da Aurora, a confusão dos nomes se deveu ao fato de que a Oliveira & Santana deu lugar à Fênix, sendo ambas sediadas no mesmo endereço em Bento Gonçalves e tendo Pedro Augusto de Oliveira de Santana como gestor (ainda que não formalmente no contrato social da Fênix, segundo a Polícia Federal). No atropelo do conhecimento dos fatos e na urgência de produzir uma resposta, ante às solicitações da imprensa, os profissionais da Garibaldi poderiam mesmo ter dúvida quanto à razão social da empresa que prestava o serviço. Ocorre, entretanto, que a formação discursiva prejudica a construção de sentido se, na frase seguinte, a nota afirma, contraditoriamente: “Com relação à empresa denunciada, o contrato era de prestação de serviço de descarregamento dos caminhões”. A referência à “empresa denunciada” e ao fato de haver um “contrato de prestação de serviços” se choca com o enunciado anterior.

Na sequência, o *paper position* indica o término do contrato e a espera pela apuração do caso, condicionando a manifestação da empresa à conclusão das investigações. No que diz respeito às técnicas de gerenciamento de crises, a postura contraria o que defendem Susskind e Field (*apud* FORNI *in*: DUARTE, 2002, p.370): “A direção (da empresa) deve decidir de antemão com clareza, o que vai ou não revelar durante uma crise. (...) evasivas, subterfúgios e palavras brandas para ganhar a confiança do público não produzem bons resultados”.

Com a repercussão e os primeiros desdobramentos da crise, a vinícola fez nova publicação, no dia 27/02/2023, desta vez em seu portal de internet, com uma “Carta Aberta à Comunidade, Parceiros e Clientes”. E tudo indica que os gestores da Garibaldi mudaram de ideia na intenção de aguardar, optando por realizar já uma atualização da nota, “revisando práticas internas”, tais como “aprimorar a política de contratação de serviços terceirizados, em questões de integridade (*compliance*)”; “aperfeiçoar o processo de seleção de prestadores de serviço”; e “implantar auditorias sistêmicas em prestadores de serviço” (GARIBALDI, 06/03/2023). Fica a questão: por tudo o que afirmam em suas comunicações, não era possível implementar essas práticas antes?

As Relações com Fornecedores e a Governança: para refletir sobre a condução das vinícolas

Em trabalho que apresentamos no VII Congresso Brasileiro da ABRAPCORP, em Londrina, Maria Helena Carmo dos Santos e eu discutimos a necessidade de estabelecer novos parâmetros para a fixação de uma política de relacionamento com fornecedores, partindo do conceito de Responsabilidade Social Corporativa como um dos critérios para seleção e acompanhamento de empresas parceiras. O ponto de partida era a revisão dos termos pelos quais organizações escolhem prestadores de serviço ou fornecedores de matéria-prima, termos estes com implicações diretas à afirmação de princípios organizacionais e mesmo à imagem projetada pela comunicação: valor unitário de matéria-prima, condições de entrega, condições de pagamento, efeitos externos da relação (de natureza macroeconômica), muitos outros. O trabalho observa que a sociedade demandava mais transparência de suas empresas, exigindo delas boas práticas.

No âmbito das relações com fornecedores, sabemos: o primeiro movimento (até certo ponto o mais óbvio) impõe o critério da responsabilidade social por questão de coerência interna. Ora, não seria cabível definir um determinado posicionamento ideológico na organização e em seguida negligenciá-lo na relação comercial com outras empresas. Se, por exemplo, uma corporação fixa parâmetros para a contratação de pessoal ou para a qualidade mínima aceitável para a fabricação de um produto, seria no mínimo estranho que ela tivesse critérios mais flexíveis na hora de conduzir suas negociações com fornecedores. Sabemos que, quando ocorreu, nem sempre foi fácil revelar este tipo de incoerência. Mas à medida que avançamos no tempo e na tomada de consciência das sociedades, considerando o maior acesso às informações organizacionais, este cuidado passa a ser cada vez mais desejado (BENEVIDES; SANTOS, 2014, pp.7-8).

Apontávamos a existência de razoável consenso entre as grandes organizações brasileiras quanto à necessária adaptação das culturas às exigências do tempo e das demandas de seus diferentes públicos, no que diz respeito ao alinhamento dos princípios de empresas parceiras. Se a “fronteira” entre elas – compradoras e fornecedoras – passou a ser cada vez mais “enevoada”, são criadas estruturas de corresponsabilização não apenas pelo sucesso dos negócios, mas também pela imagem das envolvidas.

Este modelo descentralizado, que integra esforços de fornecedores diferentes em um mesmo negócio, cresceu muito nos anos 1980. Nele, vemos “que a terceirização de atividades não essenciais é fundamental para aumentar a competitividade, basicamente porque reduz custos operacionais e, ao mesmo tempo, concentra esforços nas atividades mais importantes para a empresa” (MOURA, 2009, p.41).

Porém, como percebemos de tempos em tempos nos numerosos escândalos que envolveram grandes corporações, implicadas por descaminhos de seus fornecedores (BENEVIDES; SANTOS, 2014), com o incremento das práticas de governança, o aprimoramento das regras de *compliance* e a aplicação mais regular dos termos dos códigos de ética nas organizações, também cresceram a expectativa e as cobranças da sociedade por relações mais justas nos ambientes de trabalho.

Sobre Governança Corporativa, Marcella Blok conceitua:

(...) constitui o grupo de estratégias utilizadas por uma companhia para demonstrar o seu valor e comprometimento para os acionistas e clientes. Dito de outra forma, seu escopo é a garantia da gestão responsável e ética da empresa, seguindo as obrigações estabelecidas pelas agências reguladoras de forma aliada com o *Compliance*.

O objetivo do *Compliance*, por sua vez, é assegurar, em conjunto com os determinados setores de uma companhia, a adequação e o fortalecimento do sistema de diretrizes da instituição às leis e aos regulamentos. Tal instituto apresenta, pois, um claro viés de conformidade às normas legislativas, relacionado ao cumprimento e à adequação às leis, às diretrizes e aos regulamentos, mas não é só isso. Ele pode ser entendido, também, como um conjunto de procedimentos destinados ao cumprimento das normas legais e ao combate de desvios éticos nas corporações (BLOCK, 2020, p.361)

Porém, sabemos que pode haver uma enorme distância entre a afirmação dos princípios de governança nas ferramentas de comunicação e a sua verdadeira aplicação no dia-a-dia das organizações. Como afirma Reynaldo Goto, em entrevista a Ágatha Paraventi e Else Lemos, para a revista *Organicom*:

(...) falar é fácil; ser consequente com relação ao discurso é bastante difícil na prática, e esse é o grande desafio. Traçando de novo os paralelos, todo mundo diz que é sustentável. Legal dizer que é sustentável, mas é de verdade? Não estou nem perguntando que tipo de matéria-prima a empresa usa, mas que tipo de fornecedores escolhe, como é sua logística reversa, por exemplo (LE MOS; PARAVENTI, 2014, pp.90-1)

Em outro trecho, o atual diretor de *Compliance* da BRF, empresa do setor de alimentos, opina:

infelizmente, a questão da administração dos conflitos não é muito considerada na governança das empresas brasileiras. Quem comanda a organização e as decisões daquele CNPJ, da pessoa jurídica? Essas decisões são legítimas com relação aos seus clientes, ou elas servem unicamente aos interesses do indivíduo, do proprietário? (LE MOS; PARAVENTI, 2014, p.91)

Talvez uma explicação para essa dificuldade em articular a governança e a prevenção dos conflitos esteja na possível ausência de participação de comunicadores no planejamento e na condução de áreas como o *compliance*, como sugere Paulo Nassar em artigo no livro *Comunicação, Governança e Organizações* (FARIAS; LOPES, 2016, p.83). Os resultados da pesquisa “Panorama sobre Ética e Transparências nas Organizações”, realizada pela Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje), coordenada por Nassar, mostram que em apenas 44% das empresas pesquisadas a área de comunicação tem participação nos comitês de *compliance* – enquanto outras áreas como a jurídica e dos recursos humanos têm presença majoritária, em 80% e 74%, respectivamente (NASSAR in: FARIAS; LOPES, 2016, p.83).

Outro dado relevante na pesquisa da ABERJE para problematizar a conduta das vinícolas nesse artigo aparece quando são consultadas as áreas percebidas como potencial risco para as organizações: o *compliance* do fornecedor é apontado como a área mais sensível para 69% dos respondentes, seguido pelos conflitos de interesse (64%) e o vazamento de informações privilegiadas (64%) (NASSAR in: FARIAS; LOPES, 2016, p.83).

Por tudo, cabe o questionamento sobre se não era possível às vinícolas Aurora e Garibaldi outro posicionamento nos comunicados, mas, para além disso, outra postura na condução de seus relacionamentos com fornecedores, construindo outras relações entre o que entendem por governança, *compliance* ou ética organizacional, numa visão preventiva de riscos.

De certa forma, esta parece ser a sinalização da Uvibra (União Brasileira de Vitivinicultura), que afirma em nota:

embora não tenham sido os contratantes dos serviços que criaram o contexto degradante vivido por esses trabalhadores, mas sim a empregadora, existe amplo consentimento de que a cadeia vitivinícola deve ser mais vigilante e austera com relação à contratação de serviços terceirizados (SALATI, 28/02/2023).

Ao observar o posicionamento das vinícolas em seus comunicados e fazendo o contraponto com que estas empresas declaram como sendo seus valores, práticas de governança, termos nos códigos de ética, podemos levantar outras hipóteses a partir da incoerência em relação aos fatos denunciados recentemente no episódio do trabalho escravo. Estes são ainda entendimentos provisórios, já que as investigações estão em curso e há muito o que descobrir, em especial a partir do depoimento dos trabalhadores sobre o dia-a-dia na lavoura da uva. Por hora, tendemos a compreender os comunicados como sendo ações precipitadas, mal

problematizadas quanto aos seus efeitos na percepção dos públicos e, como aventado na hipótese inicial, desconectados de uma visão estratégica que pudesse estar alinhada aos aspectos declarados da governança da Aurora e da Garibaldi.

Referências

AURORA. Código de Ética. Arquivo em PDF, disponível no portal da Vinícola Aurora, em <https://www.vinicolaaurora.com.br/canal-de-etica> Acesso em 03/03/2023.

AURORA. Nota Oficial. Position paper publicado no Blog da Vinícola Aurora em 23/02/2023. Disponível em <http://blog.vinicolaaurora.com.br/2023/02/23/nota-oficial-2/>. Acesso em 02/03/2023.

BATISTELLA, Paulo; CALDAS, Joana; DUARTE, Catarina. “Preso por Trabalho Escravo em Vinícolas do RS já Teve Empresa em SC Investigada por Situação Semelhante”. Matéria publicada no portal G1 – Santa Catarina, em 02/03/2023. Disponível em <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2023/03/02/preso-por-trabalho-escravo-em-vinicolos-do-rs-ja-teve-empresa-em-sc-investigada-por-situacao-semelhante.ghtml>. Acesso em 02/03/2023.

BENEVIDES, Ricardo; SANTOS, Maria Helena Carmo. “Relações Públicas e as Políticas de Comunicação com Fornecedores: o Critério da Responsabilidade Social”. Trabalho apresentado no VII Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e Relações Públicas, organizado pela Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação Organizacional e Relações Públicas (ABRAPCORP), realizado na Universidade Estadual de Londrina (UEL) em 2014.

BLOK, Marcella. *Compliance e Governança Corporativa*. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 2020.

BRANDÃO, Helena Nagamine. “Enunciação e Construção do Sentido”. In: FÍGARO, Roseli (org.). *Comunicação e Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2013.

CAMILLO, Matheus. “‘Escravidados do Vinho’ Geram Revolta, Campanhas e Pedido de Boicote nas Redes”. Nota publicada na coluna #Hashtag: mídias sociais e a vida em rede, da Folha de S.Paulo, em 28/02/2023. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/hashtag/2023/02/escravizados-do-vinho-geram-revolta-campanhas-e-pedido-de-boicote-nas-redes.shtml> Acesso em 05/03/2023.

COMEX. Matéria publicada no portal Comex do Brasil, em 09/02/2023. Disponível em <https://www.istoedinheiro.com.br/vinicola-aurora-comemora-90-anos-com-vendas-acima-de-r-700-milhoes/> Acesso em 03/03/2023.

CUNHA, Joana. “Supermercados Cobram Ação de Vinícolas Envolvidas em Caso de Trabalho Análogo à Escravidão”. Nota publicada na coluna PAINEL S.A. da Folha de S.Paulo, em 02/03/2023. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2023/03/supermercados-cobram-acao-de-vinicolos-envolvidas-em-caso-de-trabalho-escravo.shtml>. Acesso em 05/03/2023.

CUNHA, Joana. “Supermercado do Rio Suspende Venda de Suco de Uva após Caso de Trabalho Escravo no Sul”. Nota publicada na coluna Painel S.A. da Folha de S.Paulo, em 02/03/2023. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2023/03/supermercado-do-rio-suspende-venda-de-suco-de-uva-apos-caso-de-trabalho-escravo-no-sul.shtml>. Acesso em 05/03/2023.

DUARTE, Jorge. “Produtos e Serviços de uma Assessoria de Imprensa”. In: DUARTE, Jorge (org.). **Assessoria de Imprensa e Relacionamento com a Mídia**. São Paulo: Atlas, 2002.

FONSECA, Cauê. “Surras, Choques, Spray de Pimenta: o que afirmam os trabalhadores resgatados no RS”. Reportagem publicada pelo Jornal Folha de S.Paulo em 01/03/2023. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/03/surras-choques-spray-de-pimenta-o-que-afirmam-os-trabalhadores-resgatados-no-rs.shtml>. Acesso em 01/03/2023.

FORNI, João José. “Comunicação em Tempo de Crise”. In: DUARTE, Jorge (org.). **Assessoria de Imprensa e Relacionamento com a Mídia**. São Paulo: Atlas, 2002.

GARIBALDI. “Carta Aberta à Comunidade, Parceiros e Clientes da Cooperativa Vinícola Garibaldi”. Nota oficial publicada pela Vinícola Garibaldi em seu portal de internet, em 27/02/2023. Disponível em <https://www.garibaldiblog.com.br/post/carta-aberta-comunidade-parceiros-clientes>. Acesso em 03/03/2023.

IBGC. **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, 2015.

LEMOS, Else; PARAVENTI, Ágatha. “Integridade Organizacional: muito além dos modismos”. Entrevista com Reynaldo Goto publicada na Revista ORGANICOM – ano 14 – n. 27 – 2º sem. 2017

LUCENA, André. “Vinho proveniente de trabalho escravo não pode ser usado em missas, diz CNBB”. Matéria publicada no portal da Revista Carta Capital em 03/03/2023. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/vinho-proveniente-de-trabalho-escravo-nao-pode-ser-usado-em-missas-diz-cnbb/>. Acesso em 05/03/2023.

MASSON, Cássio. “Vinícola Aurora Comemora 90 Anos com Vendas Acima de R\$ 700 milhões”. Matéria publicada na coluna Degustando Vinhos, no *Portal IstoÉ Dinheiro*, em 12/02/2021. Disponível em <https://www.istoedinheiro.com.br/vinicola-aurora-comemora-90-anos-com-vendas-acima-de-r-700-milhoes/>. Acesso em 03/03/2023.

MIWA, Marcel. “O Que Esperar do Mercado de Vinhos no Brasil em 2022”. Matéria publicada no portal NeoFeed, em 05/12/2021. Disponível em <https://neofeed.com.br/blog/home/o-que-esperar-do-mercado-de-vinhos-no-brasil-em-2022/>. Acesso em 04/03/2023.

MOURA, Luciano Raizer. “Gestão do Relacionamento com Fornecedores: análise da eficácia de programa para desenvolvimento e qualificação de fornecedores para grandes empresas”. Tese de

Doutorado apresentada ao Departamento de Engenharia de Produção da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, em 2009.

NAGEL, Luciano. "Mais de 150 Pessoas em Situação Análoga à Escravidão que Atuavam em Vinícolas do RS São Resgatadas". Matéria publicada no portal do Estadão, em 24/02/2023. Disponível em <https://www.estadao.com.br/brasil/mais-de-150-pessoas-em-situacao-analoga-a-escravidao-sao-resgatadas-de-vinícolas-na-serra-gaucha-nprm/>. Acesso em 01/03/2023.

NASSAR, Paulo. "Compliance: sem comunicação, não vai funcionar". In: FARIAS, Luiz Alberto de; LOPES, Valéria de Siqueira Castro (orgs.). **Comunicação, Governança e Organizações**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

SALATI, Paula. "Vinícolas do RS ligadas a trabalho escravo são suspensas da ApexBrasil, serviço do governo que promove exportações". Matéria publicada no portal G1, em 28/02/2023. Disponível em <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2023/02/28/vinícolas-do-rs-ligadas-a-trabalho-escravo-sao-suspensas-da-apexbrasil-servico-do-governo-que-promove-exportacoes.ghtml>. Acesso em 03/03/2023.

VELEDA, Raphael. "RS: Entidade Empresarial Relaciona Trabalho Escravo a Assistencialismo". Matéria publicada no portal Metrôpoles, em 28/02/2023. Disponível em <https://www.metropoles.com/brasil/rs-entidade-empresarial-relaciona-trabalho-escravo-a-assistencialismo>. Acesso em 05/03/2023.